



LEI Nº 2.697/2015

“Autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público de um Monitor para suprimimento de Função essencial e dá outras providencia.”

ADEMIR JOSÉ ANDRIOLI GONZATTO, Prefeito de Dezesseis de Novembro – RS, faço saber em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a contratação, por tempo determinado e em razão de excepcional interesse público, de um monitor para suprimimento das funções essenciais necessárias à manutenção e monitoramento dos serviços do Telecentro Municipal, em quantidade, funções, carga horária e remuneração mensal a seguir discriminada:

Nº de CARGOS	CARGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO (em R\$)
01 (UM)	MONITOR	40h SEMANAIS	1.350,00

Parágrafo único. A contratação a que se refere o artigo 1º ficará vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. A contratação de que trata o artigo 1º desta Lei será pelo prazo 1 (um) ano, a contar da celebração do contrato, podendo ser revogado antes do fim do prazo caso cesse a necessidade.

Art. 3º. As atribuições, instrução e demais requisitos constam no Anexo I desta Lei.

Art. 4º. O vencimento estabelecido para a função nominada no artigo 1º desta Lei sofrerá reajuste quando e na mesma proporção do concedido ao quadro geral de servidores.

Art. 5º. A contratação será de natureza administrativa, ficando assegurado ao contratado os direitos e deveres do Regime Estatutário, bem como:

- a) auxílio-alimentação;
- b) adicional de insalubridade, conforme laudo;
- c) inscrição no Regime Geral de Previdência Social (RGPS/INSS); e,
- d) gratificação Natalina (13º salário) e férias com o adicional de 1/3, proporcionais ou integrais, indenizadas.

Parágrafo único. Sobre o valor da remuneração paga aos contratados incidirão os descontos legais previdenciários, sociais e tributários.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Dezesseis de Novembro
Capital Brasileira da Alfafa



Art. 6º. As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária atividade 2074.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a rescindir a qualquer tempo, ainda que imotivadamente, o contrato autorizado pela presente Lei, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ao que estará obrigado a observar os contratados se pretenderem rescindir o contrato por sua iniciativa.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO – RS, 26 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR JOSÉ ANDRIOLI GONZATTO,
Prefeito.

Registre-se e publique-se:

ROMALDO JOSÉ SCHEEREN PORSCHE,
Secretário de Administração.